

Propriedade Intelectual e Incubadoras de Empresas: Um estudo bibliométrico

Túlio Baita dos Reis
tuliobaitareis@gmail.com
ISECENSA

Henrique Rego Monteiro da Hora
dahora@gmail.com
IFFluminsense

Resumo: O artigo teve como objetivo realizar uma investigação sobre a Propriedade Intelectual e Incubadoras de Empresas utilizando como metodologia a bibliometria, que se concentra em examinar a produção de artigos em um determinado campo de saber. Como resultados, pode-se afirmar que as variáveis investigadas demonstraram parâmetros importantes acerca do tema estudado, como: histórico das publicações, contribuição das publicações científicas em um recorte temporal dos últimos 36 anos, principais palavras encontradas em estudos que envolvem também a temática pesquisada, crescimento e aumento exponencial do desenvolvimento do tema, principais regiões nas quais estão concentrados os principais autores destes estudos e citações mais relevantes. Percebe-se também que trata-se de uma área de pesquisa emergente, não havendo ainda nenhum autor ou periódico consolidado.

Palavras Chave: Propriedade - Intelectual - Incubadora - Bibliometria - Autores

1. Introdução

Os marcos tecnológicos ocorridos em 2004 e 2016, influenciaram a criação de um ecossistema favorável para o desenvolvimento da inovação no Brasil. Marcos estes, que podem ser representados pela Lei nº 10.973 que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e Lei nº 13.243 que estabelece sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, respectivamente.

Mais recentemente pode-se destacar também decreto nº 9.283 de 7 de fevereiro de 2018 que regulamenta as leis citadas anteriormente e estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e Lei complementar nº 182 de 1º de junho de 2021 que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador. Criada em um contexto muito atual a lei de 2021 tem como objetivo apoiar empresas em fase inicial e aumentar a oferta de investimentos para as mesmas.

Silva, Serio e Bezerra (2019) ressaltam que as políticas públicas de apoio a inovação em pequenas empresas no Brasil ainda possuem formulações genéricas e estão voltadas, em sua maioria, para empresas de grande porte e de alta tecnologia. Para Souza (2019) um mecanismo interessante a atuante no ecossistema são as incubadoras que promovem o desenvolvimento da inovação e auxiliam as empresas a acessarem recursos e informações oriundas das políticas públicas.

Silva (2014) corrobora que as empresas que se instalam em incubadoras no Brasil têm a característica de que seus produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas científicas, o que é um fator favorável para a proteção da Propriedade Intelectual (PI). Roncalio e Richatz (2021) acrescentam que o conjunto de práticas e métodos que essas empresas adotam para o gerenciamento e a proteção da sua PI são denominados “métodos formais”, o que exige o cumprimento de um processo formal de registro junto ao INPI - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

Loch, Nardi e Silva (2017) ressaltam que existem diferenças entre as políticas públicas de inovação voltadas para incubadoras, adotadas no Brasil e na Argentina. No estudo apresentado são comparadas as políticas públicas de inovação voltadas para as incubadoras no Brasil e na Argentina. Os resultados apontaram que na Argentina, não existem incentivos nacionais para a adoção de novas tecnologias e inovação. Também não existe incentivo para que haja parcerias entre as universidades e as incubadoras. Já com relação ao Brasil, verificou-se que existem legislações que favorecem o desenvolvimento do empreendedorismo inovador e programas que estimulam a inovação e parcerias com as universidades.

Para Rodrigues, Sousa e Oliveira (2020) as incubadoras de base tecnológica têm como propósito a criação de empresas com potencial para levarem ao mercado novas ideias e tendências tecnológicas e contribuir para o desenvolvimento regional e setorial. O surgimento de empresas de tecnologia em sua fase inicial, denominadas startups em incubadoras tem tornado as mesmas mais preparadas, pois nestes ambientes é comum os empreendedores encontrarem apoio para tornar suas estratégias mais competitivas. A Abstartups (2017) afirma que 45% das startups já participaram de programas incubação.

Garg e Gupta (2021) ressaltam que na Índia, o conceito de startup ganhou uma nova definição. Os autores explicam que para ser considerada uma startup, essas empresas deverão ser registradas como sociedade de responsabilidade limitada, ter até 10 anos a partir da data da

criação, faturamento inferior a 10 milhões e desempenhar atividades relacionadas a inovação, melhoria de produtos, serviços e processos. Tais startups também devem ter potencial para gerar empregos e riqueza.

De acordo com INPI (2020) é preciso apoiar a criação de novas startups e instituições de ciência e tecnologia para que possam expandir o uso da PI, garantindo mais direitos para proteção, agregando mais valor ao esforço inovador do setor produtivo. Diante deste contexto, pode-se considerar também que as incubadoras de base tecnológica são mecanismos chaves para o desenvolvimento de negócios que possuem potencial para fomentar a PI.

Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é realizar um estudo bibliométrico sobre a PI e Incubadoras de Empresas. Particularmente no campo das ciências sociais aplicadas os estudos bibliométricos se concentram em examinar a produção de artigos em um determinado campo de saber. Para Chueke e Amatucci (2015) as revisões sistêmicas de literatura, como no caso da bibliometria, servem de cartografia para mapear as origens dos conceitos existentes, apontar as principais lentes teóricas usadas para investigar um assunto e levantar as ferramentas metodológicas utilizadas em trabalhos anteriores.

2. Estado da Arte

Almeida et al. (2011) avaliaram como a rede regional de incubadoras do estado do Rio de Janeiro, conhecida como ReINC, tem contribuído para a sustentabilidade das políticas baseadas em conceitos teóricos de rede social e capital social. Os resultados deste estudo demonstraram uma preocupação sobre a manutenção e organização da rede e cooperação destinada a fortalecimento do capital social. Ao longo do tempo o capital social que foi acumulado pela rede permite que os desacordos sejam resolvidos e as dificuldades sejam superadas sem comprometer a sua existência.

Ainda de acordo com os autores percebe-se que as relações entre as incubadoras da rede permite a interação com órgãos externos por parte das empresas incubadas. Além disso, outro ganho desse relacionamento em rede é o auxílio recebido na definição da estrutura comum destes mecanismos, estabelecimento de convênios, que por sua vez, facilitam o acesso aos recursos por parte da maioria das incubadoras, reduzem a competição interna e aumentam o capital social.

Silva, Peralta e Mendes (2011) investigaram o escopo de atuação do INPI e resultados das suas ações na área de capacitação e disseminação sobre propriedade intelectual. Os resultados apresentados revelam o que o processo de disseminação tem proporcionado o conhecimento das ferramentas relacionadas a propriedade intelectual. Dessa forma, o INPI tem-se reestruturado para promover as ações de ensino, pesquisa e extensão procurando trabalhar com novas parcerias e com estratégias mais estruturadas, de forma a atender a demanda da sociedade, para a construção de competências em relação à compreensão e ao uso do sistema de propriedade intelectual.

Souza (2014) realizou um levantamento dos marcos regulatórios e dos instrumentos de fomento à inovação e de propriedade intelectual disponíveis no Brasil com o objetivo de analisar o quanto os mesmos são efetivamente aplicáveis às micro e pequenas empresas do setor de software. A conclusão do estudo demonstrou que os instrumentos de fomento à inovação e de PI com foco tanto em MPEs e empresas de software não abrangem de forma integrada as características e necessidades de uma micro e pequena empresa e ao mesmo tempo do setor de software.

Löfsten (2015) analisou as dimensões de recursos críticos para o desenvolvimento de patentes para empresas de base tecnológica localizadas em 16 incubadoras na Suécia. O estudo demonstrou que as dimensões mais importantes avaliadas foram o uso de recursos da rede de P&D, advogados e conselhos de patentes, negócios, competição, universidade e incubadora. Ficou evidenciado também que universidades e centros de pesquisa também fornecem assistência de consultoria para novas empresas. No entanto, nenhuma universidade fornecerá a gama completa de habilidades científicas ou de gestão exigidas pelas incubadoras.

Lobosco et al. (2015) propuseram um modelo de negócios para incubadoras de base tecnológica que contribuí para sua auto sustentabilidade. Os autores analisaram como estão estruturados os modelos de negócios baseado BMG Canvas para quatro incubadoras portuguesas, identificando como elas se sustentam. A aplicação do modelo demonstrou contribuições que vão desde a análise do perfil empreendedor da região para alinhar suas atividades ao seu público, análise da equipe de gestão, estrutura de custos, forma de participação societária e identificação de novas formas de apoio aos empreendedores.

Paula et al. (2015) enfatizaram a importância da inovação no contexto atual, em especial para as empresas vinculadas a incubadoras de base tecnológica. O estudo teve como objetivo analisar os mecanismos utilizados para mensurar a inovação tecnológica e propor um conjunto de indicadores para monitorar esse processo nos empreendimentos investigados. Concluiu-se que há desconhecimento por parte das empresas que torna-se um fator crítico para o monitoramento do processo e principalmente para o desenvolvimento das ações inovadoras.

Silva (2016) analisou as ações desenvolvidas por incubadoras de empresas da região centro-oeste quanto à proteção da propriedade intelectual gerada no âmbito do processo de incubação. Observou-se que as empresas incubadas e graduadas pesquisadas apresentaram somente registro de marca e que no universo de 110 empresas, apenas 18 possuem o registro da marca, ativo que se pode considerar como exigência mínima, considerando o esforço inovativo, para negócios que afirmam serem inovadores.

Rodrigues, Souza e Oliveira (2020) questionaram se em meio a esse processo de incubação, estariam as empresas preocupadas em proteger esses ativos. O estudo demonstrou que, por meio da pesquisa de campo realizada, foi possível identificar que das 41 empresas pesquisadas, apenas 14 empresas realizaram o pedido de registro da marca. Foi observado que 5 pedidos foram indeferidos e 6 estão em vigor, 1 está extinto e os outros 2 estão extintos por falta de uso e falta de pagamento das taxas.

Por fim, não menos importante, Garg e Gupta (2021) discutiram sobre o crescente ecossistema empreendedor de startups na Índia, os apoios disponíveis para o fomento do ecossistema, o papel das incubadoras no desenvolvimento de startups, a importância de proteção da propriedade intelectual (PI) e os desafios enfrentados pelas startups. Os resultados apontaram que o número crescente de incubadoras em todo o país também ajudou as startups a obter apoio do mentor, conhecer várias fontes de financiamento e desenvolver vínculos com a indústria.

Ainda de acordo com os autores, o governo indiano reconhece que os ecossistemas de inicialização de novos negócios têm a capacidade de inovar e criar empregos. O mercado de startups está crescendo em um ritmo acelerado e a cultura empreendedora na Índia está se intensificando.

3. Metodologia

A base de conhecimento utilizada foi a SCOPUS®. Segundo Elsevier (2020) trata-se de maior banco de dados de resumos e citações da literatura científica que oferece um panorama abrangente da produção de pesquisas do mundo nas áreas de ciência, tecnologia, ciências sociais e humanidades. A base Scopus disponibiliza ferramentas inteligentes para monitorar, analisar e visualizar pesquisas.

A estratégia de busca desta pesquisa foi determinada pela importância dos temas PI e Incubadoras de Empresas para ecossistemas de empreendedorismo e inovação utilizando o bibliometrix. Para a realização da investigação foram excluídos os termos pulmonar, biological incubator, cardiologiacal, embryo, chromosomal, newborn, infants, congenital e anomal, dando origem a sentença de busca e conceito, representados na figura 1:

Senteça de busca	Conceito
TITLE-ABS-KEY ("Intellectual Property" OR patent OR "Trade mark" OR "Industrial Secret" OR "Trade Secret")	Propriedade Intelectual
AND	
TITLE-ABS-KEY ("Incubator" OR "Acelerator")	Incubadora de Empresas
AND NOT	
TITLE-ABS-KEY (pulmonary OR "Biological Incubator" OR "Cardiological" OR embryo OR chromosomal OR newborn OR infants OR congenital OR anomal*)	Remover trabalhos sobre incubadoras biológicas

Figura 1: Sentença de busca e conceitos.

Fonte: Própria

O tratamento dos dados foi realizado por meio do pacote bibliometrix. De acordo com Aria e Cuccurullo (2017), a análise dos resultados deste tipo de resultado se dá por meio de uma ferramenta única de código aberto, para realizar análises abrangentes de mapeamento científico que suporta uma recomendação fluxo de trabalho para realizar análises bibliométricas. Como é programado em R, a ferramenta proposta é flexível e pode ser rapidamente atualizado e integrado com outros pacotes R estatísticos. Portanto, útil em uma ciência em constante mudança, como a bibliometria.

Nos estudos prévios investigados foram destacadas as seguintes variáveis: (I) Análise da série histórica de publicações por ano; (II) Produção científica mundial com colaboração; (III) Mapa-árvore de palavras-chave; (IV) Análise da taxa de crescimento de publicação acumulada por veículo e por ano; (V) Análise da taxa de crescimento de publicação acumulada em periódicos; (VI) Países correspondentes aos autores das publicações; (VII) Produção científica dos melhores autores ao longo do tempo; (VIII) Principais citações encontradas nos estudos destes autores. Os resultados serão apresentados e analisados por meio das imagens obtidas por meio das buscas realizadas. Entretanto, nenhuma outra limitação de área do conhecimento, corte geográfico ou temporal foi utilizado.

4. Resultados

Os resultados apresentados fazem parte da observação proposta que visa elencar análises descritivas adotadas na bibliometria como método. Ressalta-se que na análise temporal

realizada também nas figuras 2 e 6. É sabido que o ano de 2021 foi analisado até o mês de junho, podendo apresentar índices superiores ao término do mesmo até o seu fechamento.

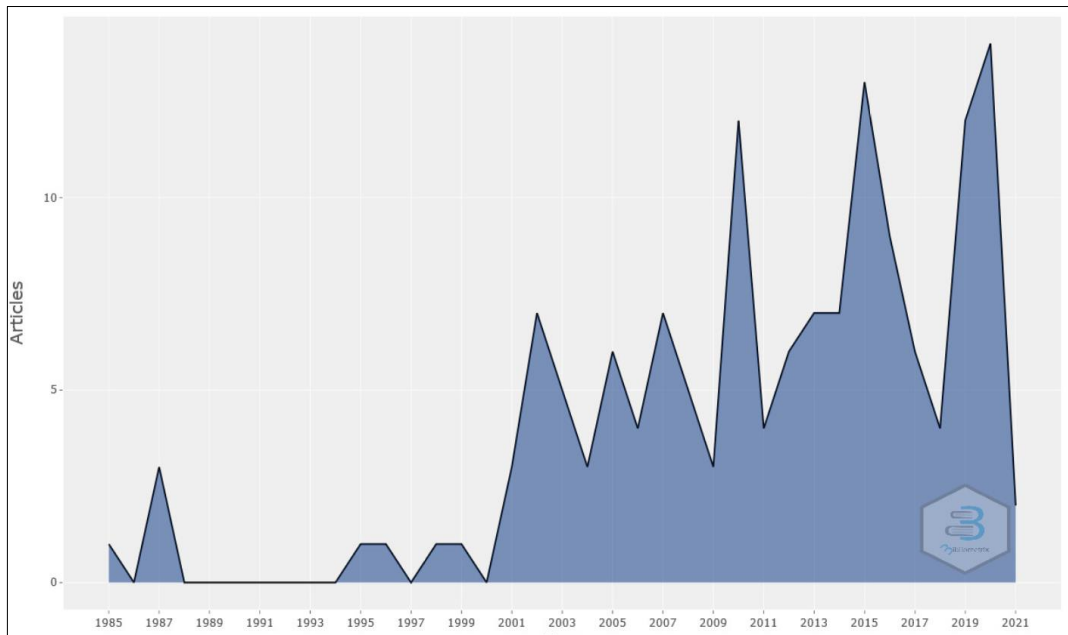


Figura 2: Análise da série histórica de publicações por ano.
Fonte: Própria

A figura 2 expressa o histórico da publicação de artigos ao longo dos anos, considerando os últimos 36 anos. De acordo com o exposto, percebe-se que as primeiras publicações surgiram nos anos de 1985 e 1987, não havendo mais artigos publicados entre o fim do período mencionado e o ano de 1995. Após o ano de 1995, um pequeno período de oscilação foi apresentado, vindo a ser intensificado a partir do ano de 2001. Outros pontos a serem destacados são os maiores picos apresentados nessa linha histórica, percebidos nos anos de 2009, 2015 e 2021, respectivamente.

Já na Figura 3 é possível verificar a produção científica mundial, pela tonalidade do país, na qual a tonalidade mais escura significa uma maior produtividade, e também as produções em colaboração, em que a espessura da linha que conecta os países indica a quantidade de colaborações.

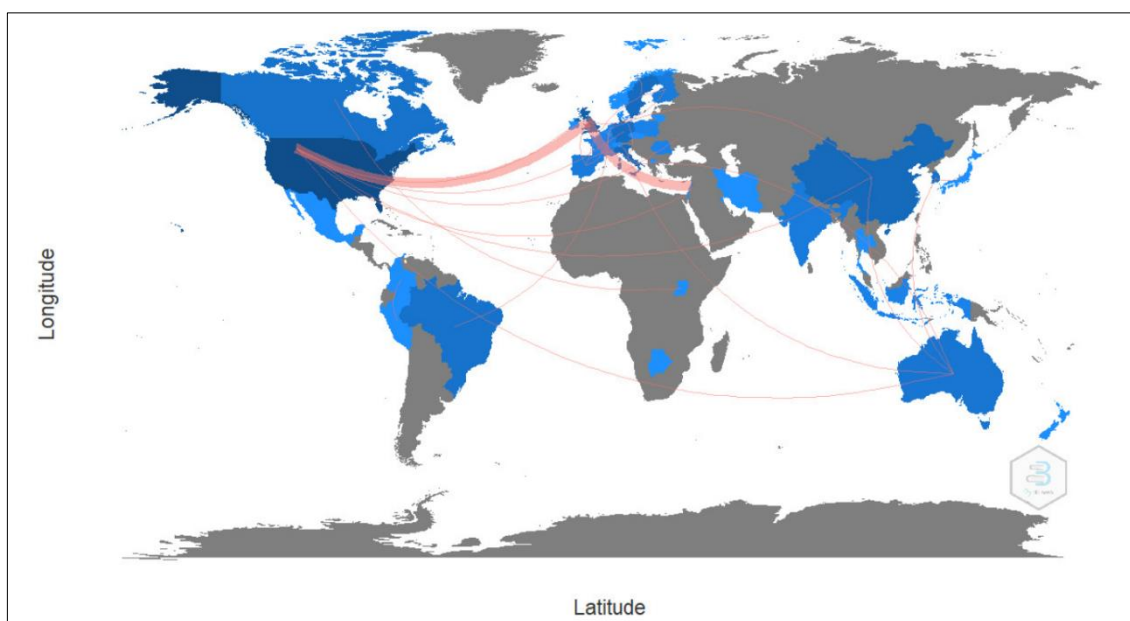


Figura 3: Produção científica mundial com colaboração.

Fonte: Própria

De acordo com o mapa apresentado, percebe-se que as localidades que possuem maior destaque são os Estados Unidos e Alasca, regiões com maior número de publicações. Em seguida, Canadá, Brasil, Austrália, China e Índia também demonstram relevância por meio das suas produções científicas. Em tonalidades em azul mais claro o México, Peru, Equador, Bolívia e Iran também se destacam pela produção científica. Vale ressaltar também que existem outras localidades dispersas no mapa que apresentam tonalidades relevantes, porém em regiões pequenas, se comparados com o espaço geográfico ocupado pelos países citados acima. Em relação as linhas vermelhas, que representam as maiores contribuições na produção científica por parte dos países, evidencia-se a ligação entre as regiões do Estados Unidos, Kingdom e Arábia Saudita.

A Figura 3 apresenta as 50 palavras-chaves mais frequentes. O quadrilátero no qual a mesma está inserida é proporcional ao número de vezes em foi percebida a presença e percentual de aparecimento das palavras.



Figura 4: Mapa-árvore de palavras-chave.
Fonte: Própria

Embora as palavras “Intellectual Property”, “Patent”, “Trade Mark”, “Industrial Secret”, “Tade Secret”, “Incubator” e “Acelerator” tenham sido utilizadas como termos para a realização das buscas, termos considerados aderentes e não tão aderentes também foram encontrados. Por exemplo, consideram-se as palavras “Technology Transfer”, “Patents and Inventions” e “Economics” com aderência a área de pesquisa. Já os termos “Human”, “Article”, Education, “Humans”, “Priority Journal”, “Students”, “Engineering Education”, “Commercial Phenomena”, “Industry”, “Investments”, “Research”, “United States”, dentre outras não são consideradas como tão relevantes. No entanto, há também surpresa das palavras “Intellectual Property” e “Incubator”, pois para elas, havia uma expectativa maior frequência. A posteriori, apresenta-se a taxa de crescimento de publicação acumulada por veículo e por ano na figura 5.

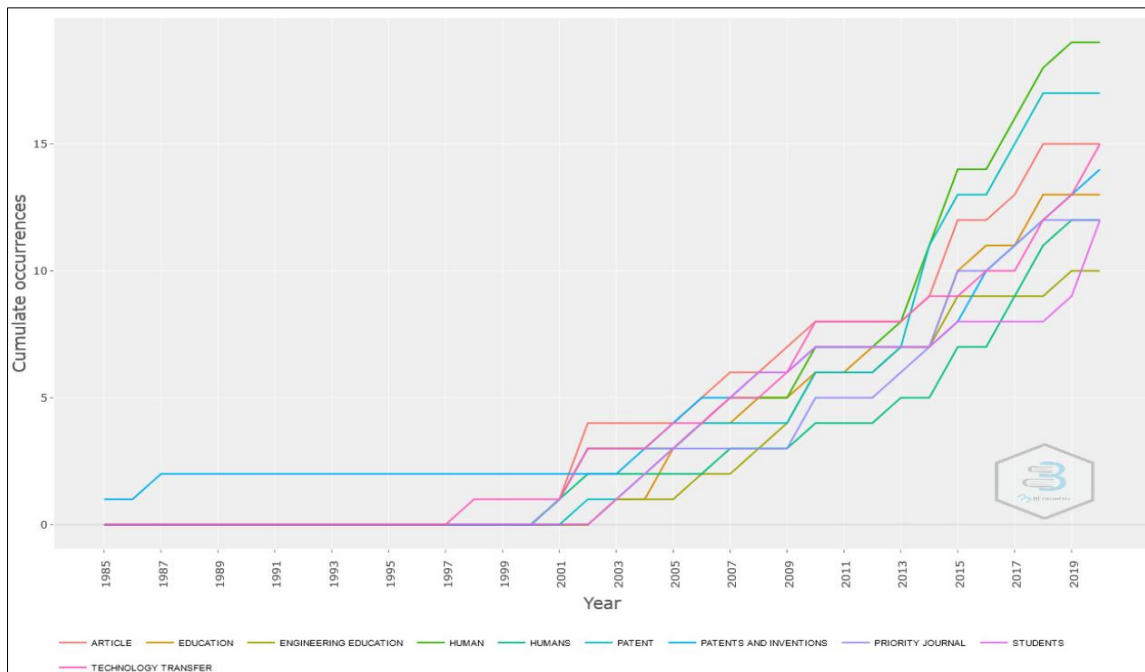


Figura 5: Análise da taxa de crescimento de publicação acumulada por veículo e por ano.
Fonte: Própria

A figura 5 retrata demonstra que a taxa de crescimento de publicação acumulada acentuou-se a partir do ano 2000, mantendo um crescimento exponencial. Até 2019, é possível perceber que as três áreas de pesquisa que tiveram maior relevância foram “Human”, “Patent and Inventions” seguido de “Article”. Já as áreas “Students” e “Engineering Education” menos relevantes. A figura 6, demonstra os periódicos mais evidenciados nas publicações encontradas.

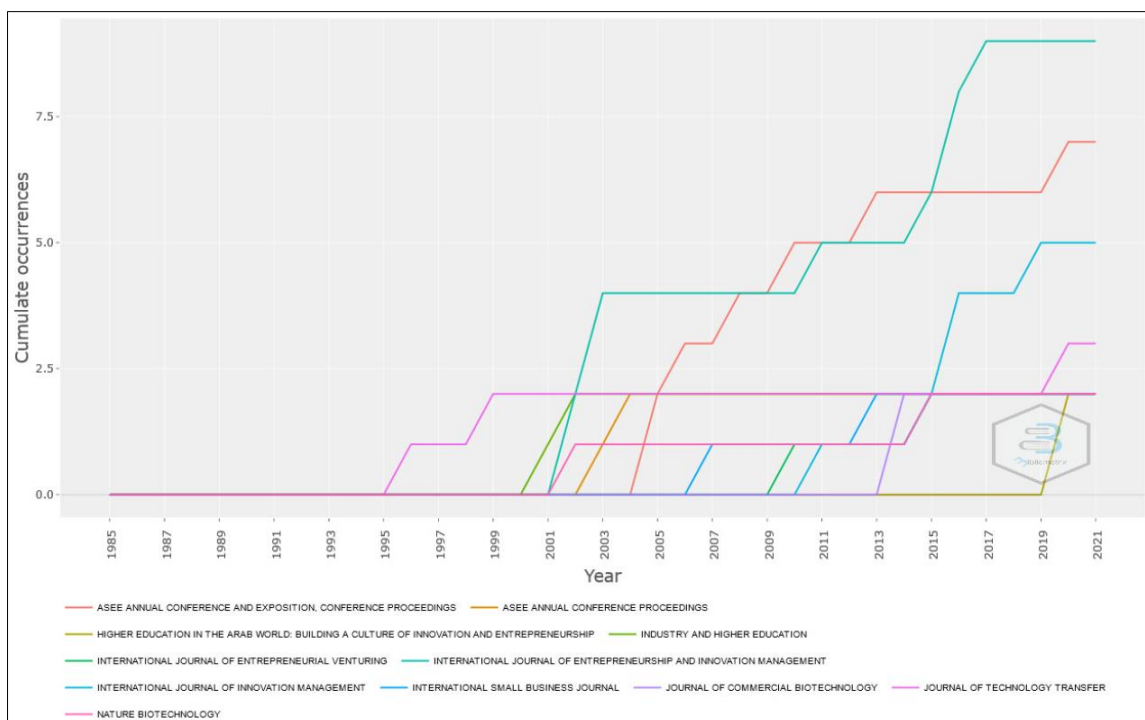


Figura 6: Análise da taxa de crescimento de publicação acumulada em periódicos.
Fonte: Própria

A figura 6 apresentada demonstra que o periódico Journal of Technology Transfer marcou o início das publicações no ano de 1995 e nos anos seguintes não obteve crescimento expressivo, obtendo comportamento similar aos periódicos com baixo volume, como: Higher Education in the Arab World Building a Culture of Innovation and Entrepreneurship e Asee Annual Conference and Exposition Conference Proceedings, dentre outros. O periódico International Journal of Entrepreneurial Venturing com maior relevância apontada atualmente veio surgir 7 anos depois do primeiro que iniciou as publicações do tema. A figura 7 representa os países de origem dos autores das publicações.

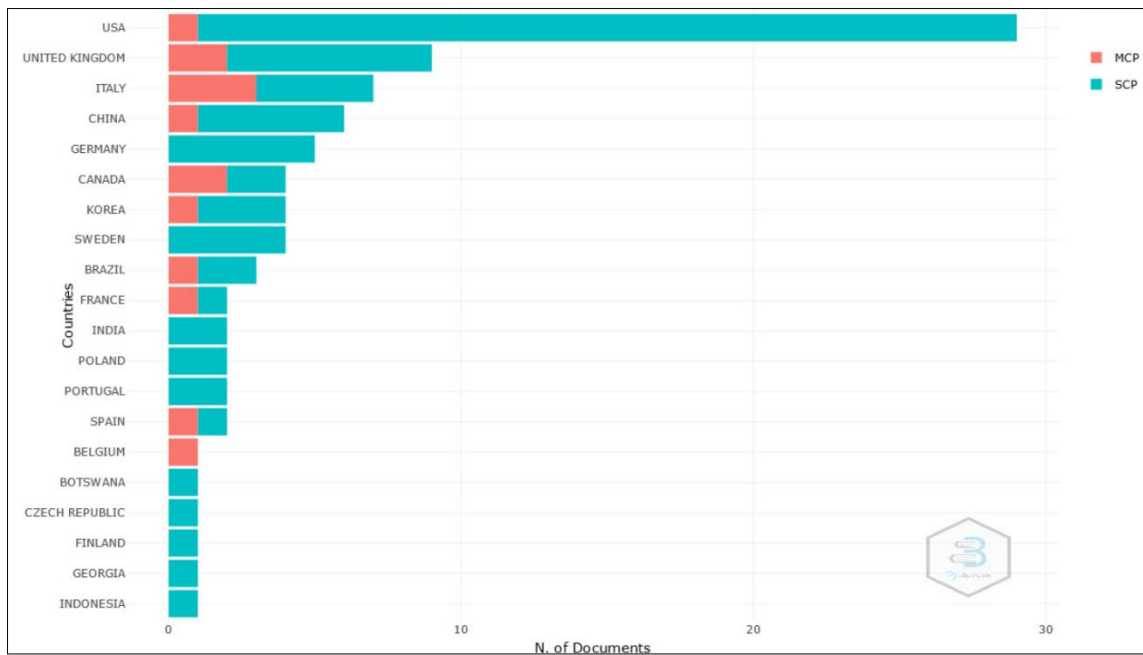


Figura 7: Países correspondentes aos autores das publicações.

Fonte: Própria

Em destaque, os Estados Unidos lidera o topo da lista com o maior número de autores. Já a Indonésia, o país apresenta o menor número. O Brasil, que ocupa a nona posição, aparece listado antes de países como: Sweden, Korea, Canadá, Germany, China, Italy, United Kingdom e Estados Unidos. A figura 8 apresenta a produção científica dos melhores autores ao longo do tempo.

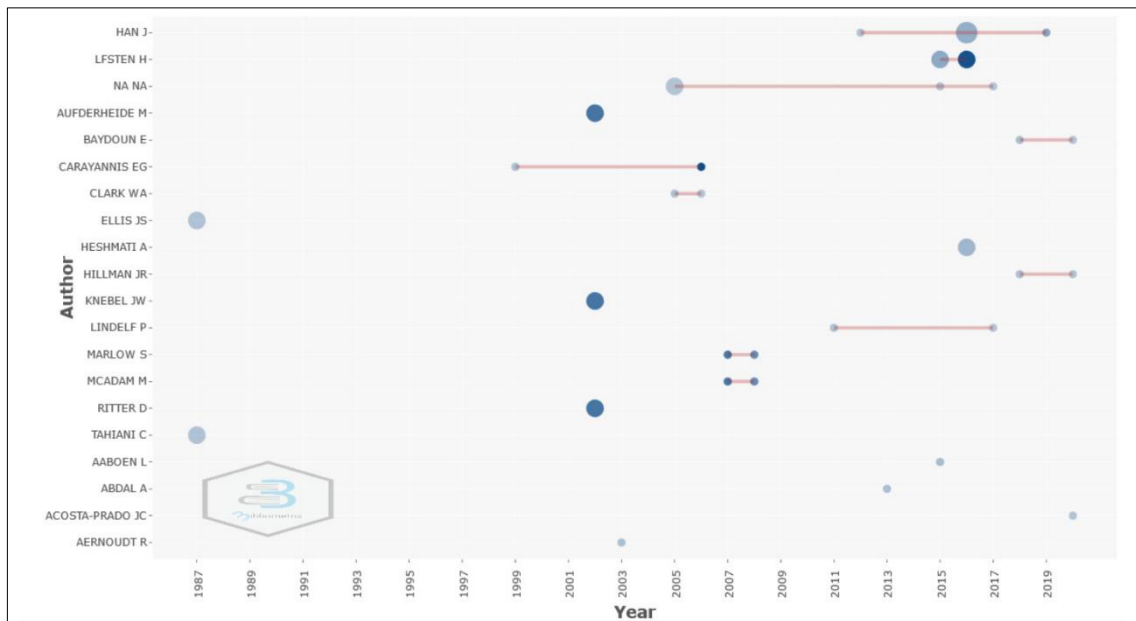


Figura 8: Produção científica dos melhores autores ao longo do tempo.
Fonte: Própria

O tamanho do círculo mostra a quantidade de publicações naquele ano. A cor escura demonstra as citações que o periódico recebeu. Já as cores mais claras são de citações esporádicas realizadas, mas que demonstra que o autor esteve ativo. A relevância desta área de pesquisa também pode ser analisada se considerar que dos 20 autores mais citados, 9 obtiveram mais do que duas publicações. Outro ponto é que a incidência maior dos estudos começou a partir de 2003 com 3 trabalhos muito citados. Isso só veio a se repetir novamente em 2017, conforme caracterizado pelo tamanho e coloração escura do círculo em azul. Percebe-se também que trata-se de uma área de pesquisa emergente, não havendo ainda nenhum autor ou periódico consolidado.

5. Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a relevância da PI e Incubadora. Para tanto, foram realizadas buscas pelos termos “Intellectual Property”, “Patent”, “Trade Mark”, “Industrial Secret”, “Tade Secret”, “Incubator” e “Acelerator”. Como metodologia proposta foi realizado um estudo bibliométrico utilizando como parâmetros principais de análise as variáveis análise da série histórica de publicações por ano, produção científica mundial com colaboração, mapa-árvore de palavras-chave, análise da taxa de crescimento de publicação acumulada por veículo e por ano, análise da taxa de crescimento de publicação acumulada em periódicos, países correspondentes aos autores das publicações, produção científica dos melhores autores ao longo do tempo e principais citações encontradas nos estudos destes autores.

O estudo bibliométrico colaborou na tarefa de sistematizar as pesquisas realizadas num determinado campo de saber a serem investigados em pesquisa futuras. As variáveis investigadas demonstraram parâmetros importantes acerca do tema estudado, como: histórico das publicações, contribuição das publicações científicas em um recorte temporal dos últimos 36 anos, principais palavras encontradas em estudos que envolvem também a temática pesquisada, crescimento e aumento exponencial do desenvolvimento do tema, principais

regiões nas quais estão concentrados os principais autores destes estudos e citações mais relevantes.

Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se aumentar o número de termos utilizados na busca utilizando as palavras ressaltadas na análise da figura 4 “Technology Transfer”, “Patents and Inventions” e “Economics” consideradas como relevantes para a área de pesquisa, conforme apresentado no Mapa-árvore de palavras-chave. As limitações deste estudo podem ser evidenciadas por meio dos resultados apresentados, uma vez que, a análise dos dados obtidos é subjetiva, podendo haver também outras formas de serem interpretadas.

6. Referências

ALMEIDA. M.; BORIN. E.; ÁLVAREZ. C. M.; TERRA. B.; BLANCHETTI. T. Analysis of the Rio de Janeiro State Incubator Network (ReINC): Characteristics and Influence on the Organization and Sustainability of Incubators. *Interciencia*, vol. 36, núm. 3, marzo, 2011, pp. 172-177 Asociación Interciencia Caracas, Venezuela.

ARIA. M.; CUCCURULLO. C. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics* 11 (2017) 959–975.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113243.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Lei complementar nº 182, de 1º de junho de 2021. Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp182.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

CHUEKE. G. V.; AMATUCCI. M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais São Paulo*, v.10, n. 2, p. 1-5, mai./ago. 2015.

ELSEVIER. (2020). SCOPUS Content Coverage Guide (Research Intelligence, p. 24). Elsevier. https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0007/69451/SC_BRO_ContentGuide.PDF.pdf.

GARG. M.; GUPTA. S. Startups and the Growing Entrepreneurial Ecosystem. *Journal of Intellectual Property Rights* Vol 26, January 2021, pp 31-38.

INPI. Programa INPI Negócios. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/projetos-institucionais/inpi-negocios/arquivos/documentos/apresentacao_inpi-negocios-v3_04-09-2020.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

LOBOSCO. A.; MACCARI. E. A.; COSTA. P. R.; ALMEIDA. M. I. R. Aplicabilidade de modelo de negócios em incubadoras de empresas de base tecnológica para sua autossustentabilidade: Um estudo em incubadoras portuguesas. *Revista Alcance – Eletrônica – vol. 22 – n. 4 – out./dez. 2015.*

LOCH. P.; NARDI. A. C.; SILVA. E. Políticas públicas e o incentivo à inovação em incubadoras: Um estudo comparativo entre Brasil e Argentina. *Anais do VI SINGEP – São Paulo – SP – Brasil – 13 e 14/11/2017.*

LÖFSTEN. H. Critical resource dimensions for development of patents — an analysis of 131 new technology-based firms localised in incubators. *International Journal of Innovation Management* Vol. 19, No. 1 (February 2015) 1550006 (32 pages).

RODRIGUES. D. S.; SOUSA. A.; OLIVEIRA. R. C. A. Questão da Propriedade Intelectual no Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE). *Cadernos de Prospecção – Salvador*, v. 13, n. 3, p. 653-664, junho, 2020.

RONCALIO. L. B.; RICHARTZ. F. Proteção da Propriedade Intelectual por Empresas Incubadas: A utilização de métodos formais e não formais. *REGEPE – Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. Manuscrito original aprovado. Versão revisada e corrigida. Aguardando a composição do layout. 2021.

SILVA. R. Gestão da Propriedade Intelectual em empresas de base tecnológica. Dissertação (Mestrado em Ciência da Propriedade Intelectual) – Universidade federal de Sergipe. São Cristóvão, p. 68. 2014.

SILVA. E.F.; PERALTA.P.P.; MENDES.L. A importância da disseminação da propriedade intelectual: O papel do instituto nacional da propriedade industrial. VII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO 12 e 13 de agosto de 2011.

SILVA. J. P. M. Incubadoras de empresas do centro-oeste: A questão da propriedade intelectual. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento) - Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. Rio de Janeiro, p. 101. 2016.

SILVA. G.; SERIO. L.C.; BEZERRA. E. D. Public Policies on Innovation and Small Businesses in a Swinging Economy. *BAR – Brazilian Administration Review* Maringá, PR, Brazil, v. 16, n. 3, art. 1, e180140, 2019.

SOUZA. L. C. T. Micro e pequenas empresas de software no âmbito das atuais políticas nacionais de fomento à inovação e de propriedade intelectual Estudo de Caso: Rede Rio TI Serviços. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) - Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. Rio de Janeiro, p. 245. 2014.